

Editorial

TEMOS O PRAZER E A ALEGRIA de apresentar o primeiro número da Revista Brasileira de Alfabetização (RBA), publicação oficial da Associação Brasileira de Alfabetização (ABAlf)!

A ABAlf, desde as primeiras discussões sobre a sua criação, colocava como necessária a organização de uma revista que fosse voltada especificamente para a socialização das reflexões acadêmico-científicas dos estudiosos da Alfabetização, que pudesse servir ainda de espaço de fortalecimento dos que se dedicam e se dedicarão a essa área de estudo.

Muitos foram os debates presenciais e não presenciais sobre como seria a revista, qual deveria ser a linha editorial e qual seria a política de acesso. Enfim, foram muitas as questões que se colocavam sobre o periódico, desde o início. Entretanto, em todos os momentos, a certeza da primeira e da segunda diretoria era a de que seria necessário a ABAlf ter um meio de comunicação que viesse a contribuir, permanentemente e com periodicidade regular, com as demandas em torno da alfabetização de crianças, jovens e adultos.

Foi sempre consenso, também, nas discussões, que um periódico com essa finalidade seria um projeto grandioso e que deveria estar comprometido com a diversidade de perspectivas teóricas que vêm fundamentando os estudos sobre a alfabetização. Portanto, princípios basilares da revista sempre se colocaram de forma bem marcada no processo de organização inicial do projeto editorial.

Consideramos que os princípios que orientariam a revista se constituiriam fatores de impacto para questões afetas à alfabetização como, por exemplo, repercussões na formação de professores alfabetizadores, na educação básica, nas políticas públicas e na interface com outras áreas de conhecimento.

Nesse sentido, além do compromisso com a circulação regular e ampliada da produção do conhecimento sobre alfabetização e a diversidade teórica, o escopo da revista contemplou como princípios a abrangência geográfica e institucional do corpo editorial, uma política editorial clara e coerente com a linha editorial, a transparência de mecanismos para submissão e avaliação de originais, o atendimento às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e a publicação de conteúdos relevantes sobre o eixo central de estudo da revista.

Os textos refletem a diversidade, a amplitude e a complexidade de investigações ao discutirem a história da ABAlf e os desafios futuros da associação, o ensino da leitura e a aprendizagem da linguagem escrita em diferentes momentos da história da educação, inclusive a alfabetização na perspectiva da escola inclusiva, a formação inicial do professor alfabetizador, a produção e usos de

materiais didáticos elaborados em diferentes tempos e espaços para alfabetizar, as orientações oficiais para a alfabetização e, ainda, o letramento.

No primeiro artigo, Maria do Rosário Longo Mortatti, presenteia os leitores com registros e reflexões sobre a história de constituição e consolidação da ABAlf, fazendo uso de documentos impressos e em mídias eletrônicas no período de 2009 a julho de 2014. O texto mostra os movimentos em torno da constituição da ABAlf que se cruzam com a história de formação acadêmica e atuação profissional dos professores/pesquisadores que assumiram esse desafio do século XXI e com um importante momento da história da alfabetização no Brasil.

Em seguida, Cláudia Maria Mendes Gontijo e Cleonara Maria Schwartz, no segundo artigo, ao discutirem modos de pensar o ensino da leitura e a aprendizagem da escrita a partir das análises de um manual utilizado no século XIX e da teoria que fundamentou as políticas e práticas de alfabetização na década de 1990, contribuem com reflexões que mostram que as propostas de ensino e o modo como a aprendizagem tem sido pensada se assentam na separação entre o mundo da cultura e mundo da vida e que a linguagem e as crianças são abstratamente concebidas.

O terceiro artigo, de autoria de Artur Gomes de Morais, tematiza o desenvolvimento da consciência fonológica e a apropriação da escrita alfabética entre 41 crianças brasileiras de meio popular, a partir de análise da realização de uma tarefa de escrita de palavras e de dez tarefas de consciência fonológica.

Edwiges Zaccur, no texto “Aprendizagens leitoras & leituras alfabetizadoras”, quarto artigo, tomando a contribuição de teóricos e partindo do princípio de que se vivem aprendizagens leitoras e leituras alfabetizadoras em permanente movimento, tece reflexões que possibilitam acompanhar um movimento em que aprendizagem e desenvolvimento se realimentam íntima e recursivamente.

A alfabetização na perspectiva da escola inclusiva aparece tematizada primeiro no quinto artigo, de autoria de Ezer Wellington Gomes Lima e Cancionila Janzkovski Cardoso. O texto analisa o processo de apropriação da escrita pela criança surda, inserida na escola regular, em fase inicial de escolarização, e detalha ações praticadas na escola que permitem ao aluno surdo se apropriar da língua escrita. Uma preocupação do texto é problematizar as condições em que as necessidades linguísticas do surdo são atendidas no contexto social e escolar.

Ainda na perspectiva da inclusão, Inez Helena Muniz Garcia e Cecilia M. A. Goulart trazem, no sexto artigo, como objeto de reflexão *para a alfabetização, a escrita no cotidiano de trabalhadoras e trabalhadores rurais de Açú, estado do Rio Grande do Norte, moradores do Assentamento Palheiros I, analisando o que as pessoas fazem com a escrita e o que a escrita faz com elas, no contexto do que sabem, conhecem e desejam.*

O texto de Luciana Piccoli, sétimo artigo, aborda a formação do professor alfabetizador no curso de Pedagogia a partir de estudo das Universidades Federais da Região Sul do Brasil. Discute as limitações dos currículos nos cursos de pedagogia no que se refere às disciplinas mais diretamente voltadas para a alfabetização. O texto evidencia aspectos problemáticos com a formação, ao considerar o caráter generalista dos currículos dos cursos de pedagogia.

Norma Sandra de Almeida Ferreira se dedica a apresentar um estudo sobre as cartilhas de João Köpke (1852 a 1926) para o ensino da leitura, tomando como fontes documentais o *Methodo rapido para aprender a ler sem soletrar* (1879); *O Livro das Mães* (1890); *O livro Infantil* (1890) e *O livro de Hilda* (1902). O artigo discute conteúdo e materialidade das cartilhas e traz para o centro das análises modos de processar os métodos propostos por João Köpke para o ensino da leitura, especialmente o analítico.

Cartilhas também são objeto de reflexões do texto de Eliane Peres e Chris de Azevedo Ramil. As autoras, no nono artigo, analisam 16 cartilhas produzidas no Rio Grande do Sul e 57 cadernos de crianças em fase de alfabetização (Pré-escola, 1ª a 2ª série) entre os anos de 1940 e 1980, apresentando aspectos que delinham usos dos impressos por professores e alunos.

O trabalho de Telma Ferraz Leal e de Joselmo Santos de Santana apresenta dados da investigação de 26 propostas curriculares brasileiras que apontam a influência da abordagem bakhtiniana, tendência assumida nas propostas de trabalho com diversidade textual e baseado na noção de gênero e nos aspectos sociodiscursivos.

A revista finaliza o seu primeiro número com o ensaio de Lesley Bartlett e de Maria do Socorro Alencar Nunes Macedo, em que apresentam o exame da concepção de alfabetização de Paulo Freire e tecem considerações acerca de aproximações com Novos Estudos sobre Letramento (NEL), propostos por Street, 1984, 2003; Barton & Hamilton, 2.000; Barton, 2007; Gee, 1995.

A diretoria da ABAlf, por meio da Comissão Editorial responsável pela organização do primeiro número da RBA, deseja aos interessados na alfabetização uma leitura agradável e convida os estudiosos a divulgarem resultados de seus estudos e reflexões por meio da submissão de trabalhos de acordo com as normas para colaboradores descritas no final deste número e também na página da revista no link <http://abalf.org.br/revistaeletronica/>. Vida longa à ABAlf e à RBA!

A Comissão Editorial

Junho de 2015.